



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8794

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Idelfonso Pereira Araújo

Data: 02/05/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 60/2013. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Instituição Social de Amor Cristão – ISAC”. (Referente à Lei nº 4.596, de 08/05/2013).

Controle Interno – Caixa: 25.11

Posição: 08

Número de folhas: 05

Assunto: PL
Legislação: utilidade pública
25.11
m: 08
2:38

Nº 18/2013



07.05.2013

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.596, de 08/05/2013

PROJETO DE LEI Nº 60/2013

AUTOR:
Ver. Idelfonso Pereira Araújo.

ASSUNTO:
Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à
Instituição Social de Amor Cristão - ISAC.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 02/05/2013
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 -
- 4 - *APROVADO EM REGIME DE*
- 5 - *URGENCIA EM 07-05-2013*
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº **60** /2013

“Concede Título Declaratório de Utilidade Pública”

O povo do município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, decreta e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições aprova a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica considerada de Utilidade Pública Municipal, a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “**INSTITUIÇÃO SOCIAL DE AMOR CRISTÃO – ISAC**”, inscrita no CNPJ sob o nº 14.121.020/0001-25, tendo sua sede a Rua Santa Marta, nº 555, Bairro São Judas Tadeu I, nesta cidade.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 24 de abril de 2013

Idelfonso Pereira Araújo
VEREADOR
IDELFONSO PEREIRA ARAÚJO
VEREADOR

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input type="checkbox"/> B.
25/04/2013	
HCC 09:10	
ASS: <i>[Signature]</i>	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 30 DE ABRIL DE 2012
A. Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 07 DE MAIO DE 2013
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 060/2013 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”, DE AUTORIA DO VEREADOR IDELFONSO PEREIRA ARAÚJO.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 02 de maio de 2013.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 60/2013

AUTOR: Ver. Idelfonso Pereira Araújo

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Instituição Social de Amor Cristão- ISAC".

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 02/05/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/05/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto pretende conceder título declaratório de utilidade pública municipal a Instituição Social de Amor Cristão- ISAC.

Nos termos do Estatuto, a referida associação tem dentre outras finalidades as de proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas com deficiência; a integração ao mercado de trabalho e defesa dos seus direitos; assistência educacional ou de saúde às famílias em estado de vulnerabilidades, o desenvolvimento da cultura, a proteção do meio ambiente e promoção de segurança Pública.

Verifica-se que o projeto trata de assunto de interesse local e atende os requisitos legais previstos em lei, tendo em vista que foram juntados os documentos necessários à concessão do título.

Sendo assim, esta Comissão entende que a proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2013

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira _____

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____